



Capacidade Expedicionária: uma tradição



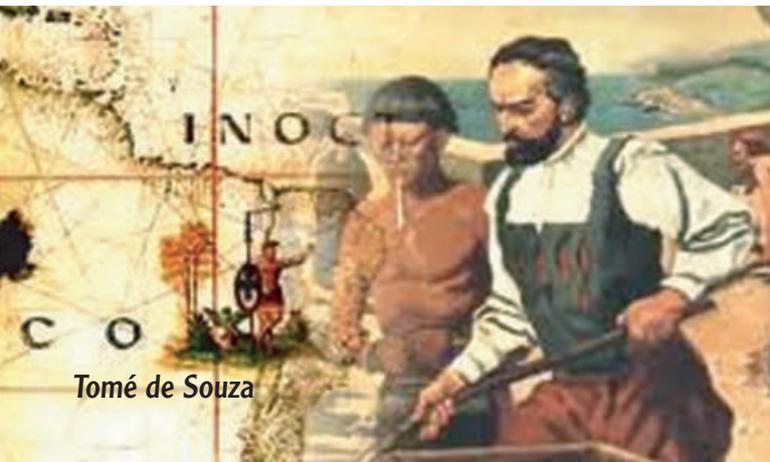
CT (FN) Esley Rodrigues de Jesus Teixeira

Breve histórico das expedições militares brasileiras

Apesar de sempre ameaçada pelas potências europeias, a colônia portuguesa nas Américas foi vista com maior cautela pela metrópole apenas no século XVII, com as constantes invasões espanholas ao Sul. A minguada guarnição composta de 600 voluntários que aqui chegaram com Tomé de Souza em 1549 (Barroso, 1938; p. 10) evoluiriam bastante até a Guerra do Paraguai, marco do fim da política intervencionista no Prata (Barrio, 2021; p. 33). Neste intervalo, sobrevieram à *Terra Brasilis* diversas incursões (particularmente de França, Holanda e Espa-

nha), cujo fim residia na exploração das riquezas naturais. Houve, contudo, três ocasiões em que tropas coloniais e imperiais projetaram-se para além das fronteiras. A primeira foi a tomada de Caiena, capital da colônia francesa da Guiana, como retaliação à Napoleão I pela invasão de Portugal pelas tropas de Junot; a segunda durante as guerras que gestaram a independência da Província da Cisplatina; a terceira, na própria Guerra do Paraguai, impulsionada pelo ideal comum de acabar com o governo de Solano Lopez.

Peremptoriamente defensiva, a Tomada de Caiena rimbombou nas cortes europeias, permitindo assento de relevo aos portugueses no Congresso de Viena (particularmente após a fuga de Napoleão I de Elba) com a repentina elevação do Brasil a Reino Unido (Mendonça, 2013; p. 118) e maior respeito aos objetivos portugueses no Atlântico, oceano cercado por colônias portuguesas em pontos focais, mesmo com a então recente expansão territorial francesa e britânica. Assim como a Guerra do Paraguai seis décadas depois, a invasão territorial não ocorreu no intuito de permitir anexações, pleito que foi abandonado durante o congresso em tela, mas sim reparações. Cerca de sessenta anos depois, os anseios ex-



Tomé de Souza



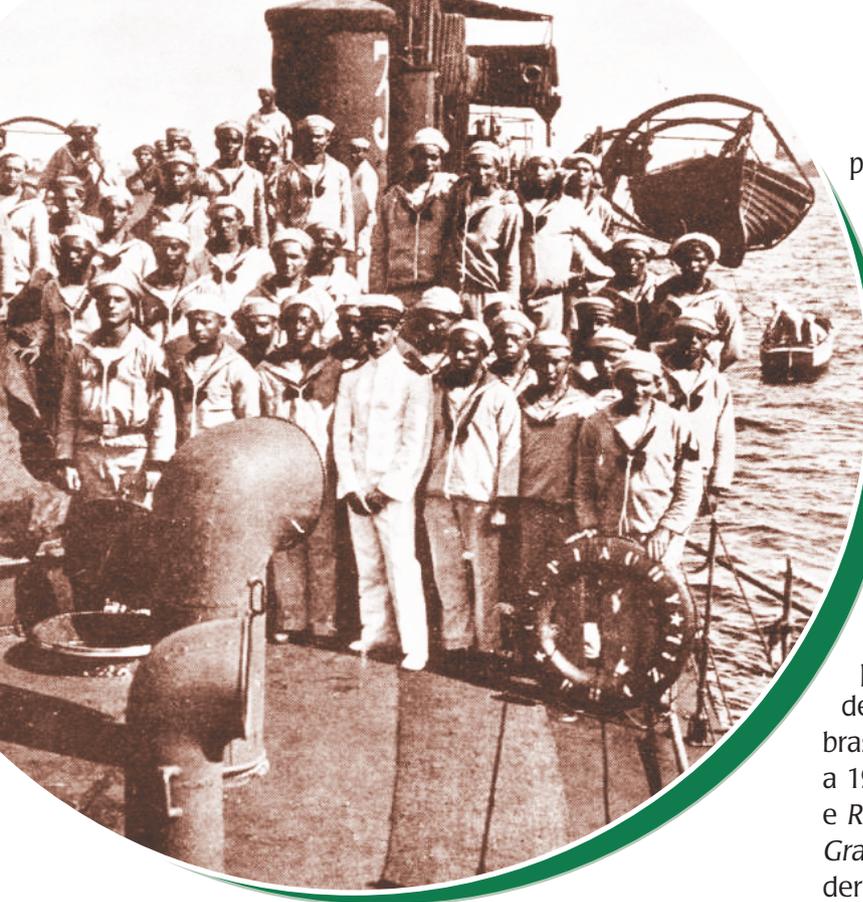
pansionistas das repúblicas platinas (Soares, 2021; p. 96), herança de um constante estado de beligerância desde os regimes hispano-americanos e mormente do Vice-Reinado do Prata, aflorou ainda mais com a chegada ao poder do General Francisco Solano Lopez (Barrio, 2021; p. 100), pondo em xeque a hegemonia brasileira na região.

No conflito do Paraguai, o Brasil alcançou o ápice de seu projeto hegemônico no Cone Sul, impedindo a expansão portenha sobre as terras paraguaias e do Chaco, como formalizado pelo Tratado Sosa-Tejedor de 1875 (Doratioto, 2002; p. 482). Além disso, longe de colocar brasileiros contra paraguaios, o Império sempre idealizou o inimigo como Solano Lopez e, mesmo possuindo condições econômicas e militares desfavoráveis quando comparadas às paraguaias no início do conflito (Mendonça, 2013; p. 185), investiu em uma guerra cujo resultado seria o aniquilamento do inimigo cuja ascendência (o presidente Carlos Antônio Lopez, pai de Solano) já havia dado aos gabinetes imperiais bastante trabalho. Saliente-se que houve cerca de 123 mil Voluntários da Pátria, em um país de nove milhões de habitantes e um Exército de 18 mil almas em 1864 (Doratioto, 2002; p. 91), o que, se não pode por si só representar o tamanho do espírito de pátria assomado pelo surgir de um inimigo comum graças aos métodos pouco convencionais do alistamento à época, pode claramente demonstrar a capacidade de esforço de guerra

em uma guerra convencional aos moldes do século XIX. Em todo caso, o envolvimento tupiniquim na guerra derivou-se de uma questão defensiva, contra a invasão guarani ao território brasileiro. Mesmo considerando o imprevisto na constituição da força que lutou naquela guerra, a vitória brasileira trouxe grandes avanços doutrinários aos militares brasileiros componentes da Força Terrestre, acostumados que estavam na contenção de revoltas intestinas.



Representação do Apoio de Serviços ao Combate na Batalha de Caiena, a primeira campanha anfíbia e expedicionária de tropas do Vice-Reinado do Brasil



A guarnição do Contratorpedeiro Piauí. Fotografias tiradas na véspera da partida. Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG)

Ponto interessante a ser abordado é como a guerra foi apresentada ao povo brasileiro. A começo, foi a captura do vapor *Marquês de Olinda*, na madrugada do dia 11 de novembro, pela canhoneira guarani *Tacuari*, o *estopim*¹ do conflito, mostrado à imprensa e à opinião pública brasileira como “um ato traiçoeiro de pirataria” (Doratioto, 2002; p. 66), ao que foi seguido pela tomada do forte Coimbra em dezembro. Tratando-se de uma empreitada imperialista com traços bonapartistas (Mossé, 2015; p. 103), a expansão intentada por Solano Lopez chafurdou em meio à sua falta de tato para tratar de questões diplomáticas, herança do (des)governo de seu pai (Soares, 2021; p. 52). A Guerra do Paraguai representou uma ação contra uma série de ditadores que se revezaram no poder. A forma como o governo de Solano Lopez (des)tratou os chefes de legações imperiais foi ultrajante, contribuindo para a visão brasileira de tratar-se de uma nação bárbara: o embaixador, impedido de sair do território

paraguaio por falta de navios que lhe transportasse a família e pertences, apenas pode evadir-se com a atuação do embaixador norte-americano, Charles Ames Washburn (Doratioto, 2002; p. 67). Quanto ao cônsul-geral, depois de se ver praticamente em prisão domiciliar em decorrência de atentado sofrido em 29 de março de 1865 com uma garrafada na cabeça, acabou morto como prisioneiro em Humaitá (Doratioto, 2002; p. 69).

Com um interregno de mais de quatro décadas, o Brasil, já *res publica*, entraria no conflito mundial da segunda década do século XX em não menor despreparo bélico que no conflito platino. Levando mais de quatro meses para garantir o preparo de oito naus, a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) representou o maior esforço militar brasileiro no conflito europeu que se estendeu de 1914 a 1918. Contava com 1.502 almas e os cruzadores *Bahia* e *Rio Grande do Sul* e pelos contratorpedeiros *Piauí*, *Rio Grande do Norte*, *Paraíba* e *Santa Catarina*, além do tender *Belmonte* e do rebocador de alto mar *Laurindo Pita* (Araújo, 2014; p. 324). Também representaram o Brasil em solo europeu uma comitiva para avaliação de material bélico, médicos e aviadores que compuseram as tripulações da *Royal Air Force* (Piovezan & Grassi, 2014; p. 221). O que ficou evidente durante este episódio foi a pequena envergadura brasileira para manter missões de longo alcance. Seja pela obsolescência do parque bélico ou pela falta de uma base industrial de defesa (BID) pujante, a DNOG chegou ao estreito de Gibraltar em 9 de novembro de 1918, dois dias antes do armistício. Todos os 156 homens que pereceram foram vítimas da Gripe Espanhola, adquirida quando da passagem da frota por Dacar, e fortalecida pelas inadequadas condições higiênicas a bordo dos navios do Almirante Frontin, que, sabedor das condições dos navios sob sua escota, determinou uma economia de carvão, reduzindo ao máximo o uso das máquinas auxiliares para a iluminação e serviços sanitários (Araújo, 2014; p. 326). Na tentativa de apaziguar os ânimos dos militares, inflamados com o espírito tenentista, os mortos acabam sendo trasladados entre 1928 e 1931 desde o cemitério de Bel Air em Dacar, e depositados no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro (Piovezan & Grassi, 2014; p. 223).

Não obstante o heroísmo dos 1.502 marinheiros que

¹ Reste claro que a motivação expansionista e ditatorial de Francisco Solano Lopez foi atizada com a invasão brasileira ao Uruguai em favor do General Rosas, campanha liderada em 12 de outubro de 1865 por Mena Barreto e Marques Lisboa. Com efeito, Lopez valeu-se da divisão política brasileira na questão da intervenção na Banda Oriental, aliada à sua superioridade militar. Esta última, apesar de desprezada pelo cônsul-geral (Amaro José dos Santos Barbosa) e pelo embaixador (César Sauvân Viana de Lima) imperiais em Assunção, trazia à tona o desconhecimento tanto da capacidade do Exército Imperial (que em 1864 possuía o mesmo número de soldados regulares da república paraguaia) quanto da falta de reconhecimento das potencialidades paraguaias.

a compuseram, mostra como as condições militares devem ser encaradas dentro do bojo de uma Grande Estratégia, capaz de abarcar conceitos multidisciplinares. Tivesse o Brasil melhores condições de construção² e adaptação³ de navios mercantes, a força naval brasileira na guerra poderia ter se saído melhor, capaz de projetar mais poder a tempo hábil nos mares da Europa. Sem embargo, a pequena participação brasileira no conflito permitiu ao Brasil participar ativamente na Conferência de Versalhes, além de ser cotado, após a saída dos Estados Unidos da Liga das Nações, a ser o representante americano na nova organização multilateral (Garcia, 1994; p. 7). Tal qual a campanha em Caiena capitaneada pela Brigada Real de Marinha, o esforço naval seria de enorme importância na afirmação tupiniquim frente às potências europeias. Não se deve olvidar, certamente, da atuação do Barão do Rio Branco na formação do poder militar brasileiro (Luna, 2007; p. 1). O Barão foi grande defensor da construção naval, seguindo a cartilha saquarema de manter a hegemonia brasileira no Cone Sul, concomitante ao respeito das potências dominantes da Era dos Impérios.

Balanco do desempenho e lições aprendidas

Os erros da guerra contra Lopez e contra os Hohenzollern-Habsburgo foram apagados da memória militar nacional. Vargas teria de se apoiar plenamente na capacidade logística norte-americana para enviar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) à Itália. Desde o treinamento ao transporte, o Brasil levaria mais de ano e meio para mobilizar a FEB, composta de uma brigada de infantaria, apesar da promessa de três por Vargas. Boa parte disso foi devido à obsolescência da doutrina e do material das Forças Armadas da época, cujas táticas ainda incluíam artilharia rebocada por cavalos (Penteado, 2006; p. 35). *Criogenizada* desde o início do período republicano, a doutrina militar brasileira passava por mudanças em decorrência da percepção da força mais poderosa à época (o padrão alemão de Rio-Branco, o francês que culminou no estabelecimento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, o norte-americano pós-Guerra que criou a Escola Superior de Guerra), sem que houvesse a formação de

² Esta herança pode ser encontrada durante o Império. Todavia, foi durante a República que a falta de visão de futuro ficou patente, quando a Esquadra dos Almirantes Noronha/Alexandrino foi desenhada, vindo completamente de estaleiros estrangeiros. Esta aquisição deu ensejo ao perene estado de dependência tecnológica nacional quanto ao poder naval.

³ A maior garantia de uma marinha de guerra forte é uma marinha mercante robusta. Isto demanda uma forte indústria naval, englobando desde a formação contínua de recursos humanos ao capital investido. Uma forte indústria naval permite que o país, além de garantir a si os lucros e louros do comércio internacional, prescindir de larga marinha de guerra, vez que, com pouco esforço consegue adaptar e modificar navios mercantes em belonaves. Um excelente exemplo foi o tempo médio de transformação dos navios mercantes durante a Guerra das Falklands: 72 horas.



**Força Expedicionária Brasileira (FEB)
na Itália - 2ª Guerra Mundial**

uma doutrina autóctone baseada nas idiosincrasias de recursos humanos, materiais e geográficas. Apesar da vitória sobre os alemães, e de ter sido de grande valia para a estratégia aliada criando dificuldades e carreando recursos do 3º Império alemão para a Itália, o Brasil não alcançou, ao final do conflito, o prestígio desejado desde Artur Bernardes quando da crise na Liga das Nações (Garcia, 1994; p. 5). Sem desenvolver capacidade militar comparável aos outros cinco grandes vencedores, o Brasil continuou a contar como um país com interesses limitados.

Apesar de haver outros desdobramentos militares desde a atuação da FEB, como nos Bálcãs, Suez, República Dominicana, Angola, Moçambique e Haiti, o mundo bipolar e a falta de atualizações na Grande Estratégia brasileira impediram atuações mais marcantes do Brasil no cenário internacional. Ainda que durante o governo Fernando Henrique Cardoso o Brasil tenha visto crescer de importância a participação militar brasileira no cenário internacional, culminando, no período Lula da Sil-



Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE)

va, com o comando do componente militar da Missão para Estabilização do Haiti, infelizmente, a baixa ou nula representatividade de bons quadros militares nas decisões congressuais da república conjugada à pouca sinergia entre a Sociedade Civil e a Casa Militar inibiu a continuação deste processo, intensificando os já existentes abismos entre as diversas agências decisórias da Grande Estratégia.

Resta claro que a atuação militar brasileira em campanhas militares, longe do modelo preconizado por poderes continentais clássicos como China, Rússia, Alemanha e França, não focou na expansão territorial pura e simples, opondo-se a isso, na verdade. A infeliz utilização do poder terrestre em seus primeiros anos como tropa de *gendarmaria* apenas seria mitigada com o conflito platino, aumentando novamente com a eclosão de conflitos intestinos, contando-se desde Canudos às recentes operações de Garantia da Lei e da Ordem. A possibilidade de “fagocitar” o Paraguai ao território imperial foi bastante real, mas de forma alguma reinou nos discursos do parlamento do Império. Da mesma forma, abrindo mão do território conquistado na primeira expedição anfíbia saída do Vice-Reino do Brasil, Portugal deixava marcada a derrota a percorrer pelos brasileiros. A campanha das guerras contra os segundo e terceiro impérios alemães também foi permeada por sentimento de defesa e justiça pelas vítimas dos navios afundados pelos Reich. Da mesma forma, as campanhas que se seguiram foram todas permeadas por acordos multilaterais (até mesmo Santo Domingo sob a égide da

Organização dos Estados Americanos). Todas as ações externas das forças armadas brasileiras foram, conforme sua política externa, baseadas nos princípios de “não intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz”.

A derrota a percorrer

A expansão das responsabilidades brasileiras é um reflexo natural de sua preponderância econômica e política. Sustentado por raízes culturais e históricas, a atuação do Brasil deve conjugar tanto uma ativa presença econômico-financeira quanto um lastro realista de elementos materiais de poder que o permitam difundir seus valores e princípios emanados no artigo 4º de sua Carta Magna. A inserção do Corpo de Fuzileiros Navais no contexto da responsabilidade de proteger, tema que avulta de importância frente à constante ameaça aos direitos humanos materializados desde os genocídios do século passado até as instabilidades sociais hodiernas, toma novas matizes quando observamos a necessidade de proteção que diversos povos demandam. A Força de Emprego Rápido (FER) precisa ter uma estrutura e meios que possibilitem melhores condições de atuação, dando ao Brasil a possibilidade de efetivar uma política mais assertiva para a África e a América Latina, e o aumento do compromisso brasileiro, em conjunto com União Africana e Organização dos Estados Americanos, de garantir a paz e a harmonia regionais.

Dado o histórico de nossas campanhas militares d’além-mar/rios, impera que demos atenção à atuação do eixo das Forças Armadas capaz de projetar-se em outros teatros, possuindo mobilidade, versatilidade, flexibilidade e permanência necessárias a permitir maior contribuição do Brasil no Sistema de Capacidades de Missões de Paz das Nações Unidas (UNPCRS – *United Nations Peacekeeping Capabilities Resources System*). A necessidade de possuir uma tropa em pronto uso para acionamento repentino torna a FER da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) ferramenta estratégica fundamental na garantia dos desígnios nacionais perante o sistema internacional (Lange, 2017; p. 38). Engana-se o estrategista, portanto, que se mantém fiel ao mantra da primazia do poder terrestre de Mearsheimer (2001; p. 83), desconsiderando a importância do conjugado anfíbio e de sua indissociável sinergia entre os modais da Expressão Militar.

A Marinha do Brasil deve ter um papel central, junto ao Itamaraty e demais agências cuja ação esteja ligada à integração regional, na construção de uma crescente cooperação militar multilateral que englobe todas as nações do leste africano, sul americanas e caribenhas, ten-

cionando garantir melhores condições para a atuação de nossas tropas expedicionárias, sobretudo no que tange à padronização doutrinária e de materiais, visando mitigar os problemas logísticos advindos do desdobramento de tropas além-mar. Tarefas multifacetadas devem ser compiladas na responsabilidade de proteger, indo ao encontro do disposto na Constituição Federal e na tradição brasileira de desdobrar tropas com fito na manutenção da harmonia regional e global. Além disso, é mister garantir a flexibilidade multimodal da tropa, permitindo que os ativos de fuzileiros navais disponíveis abarquem funções aéreas, marítimo-fluviais e terrestres essenciais ao movimento navio-terra (Kelly, 2007; p. 18).

A capacidade expedicionária nacional, conjunto de ferramentas da expressão militar do Poder Nacional, precisa conjugar esforços conjuntos das três Forças, abarcando capacidades heterogêneas e componentes específicos, que devem se compreender e falar entre si. Além disso, a observação do ambiente hodierno exige que forças expedicionárias possuam a capacidade de comando e controle tanto no âmbito nacional quanto de coalizões internacionais (Cobbold, 1997; p. 25), sendo capazes de atuar com uma diversidade de nações em operações combinadas. A FER, como ponta de lança da capacidade expedicionária nacional, precisa desenvolver-se em uma força ágil, capaz de atuar com rapidez e versatilidade em condições austeras contra uma grande variedade de adversários, sem depender de bases avançadas, tampouco de contratos internacionais para sua sustentação. Maior ênfase deve ser dada à construção de uma Indústria de defesa autóctone, garantindo níveis de suprimentos que contemplem um fluxo perene de materiais desde as indústrias aos mais diversos teatros de operação.

O gerenciamento da cadeia de suprimentos torna-se ponto fundamental para a empresa expedicionária. Para tanto, o emprego e preparo dos militares deve ser inserido dentro do contexto da Grande Estratégia, englobando todos os *stakeholders* do iceberg científico-tecnológico militar (Amarante, 2012; p. 12), promovendo a “autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa” (Brasil, 2020; p. 25). Além disso, uma maior sinergia entre os negócios estrangeiros e a guerra deve permear o debate político, envolvendo toda a sociedade e seus representantes nos objetivos nacionais de defesa, emanados na Política Nacional de Defesa⁴. ■



Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais da Força de Emprego Rápido (Quick Reaction Force), parte integrante do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas

Referências

- AMARANTE, José Carlos Albano do. A base industrial de defesa brasileira. Texto para discussão. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.
- ARAÚJO, Johny Santana de. “A guerra que vai acabar com todas as guerras”: o Brasil na Primeira Grande Guerra – a mobilização da sociedade e o engajamento da Marinha – 1917 – 1918. Revista História: Debates e Tendências. v. 14, nº 2, jul./dez. 2014, p. 318-333.
- BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. O Império do Brasil e a política de intervenção no rio da Prata (1843-1865). Brasília: FUNAG, 2018.
- BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. Política Nacional de Defesa. Brasília, 2020.
- COBBOLD, Richard. A joint maritime based expeditionary capability. The RUSI Journal, 142:4, 23-30, 2008.
- GARCIA, Eugênio Vargas. A candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho da Liga das Nações. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, ano 37, nº 1, 1994, p. 5-23.
- MENDONÇA, Renato. História da política exterior do Brasil: do período colonial ao reconhecimento do Império (1500-1825). Brasília: FUNAG, 2013.
- SOARES, Álvaro Teixeira. Diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865). 2ª ed. rev. Brasília: FUNAG, 2021.
- DORATÓTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KELLY, Richard M. Naval Expeditionary Air Power, A Justified Capability. Newport: Naval War College, 2007.
- LANGE, Valério Luiz. Expeditionary force capability: improving the Brazilian military. Artigos Estratégicos. Vol 2 (1), Jan/ Jun, 2017.
- LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. Os “jovens turcos” no processo de desenvolvimento do Exército e da nação. ANPUH – XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo, 2007.
- MEARSHEIMER, John J. The tragedy of Great Power politics. New York: W. W. Norton & Companhia, 2001.
- MOSSÉ, Benjamin. Dom Pedro II, Imperador do Brasil: o Imperador visto pelo barão do Rio Branco. Brasília: FUNAG, 2015.
- PENTEADO, Carlos José Russo Assumpção. The Brazilian participation in World War II. A thesis presented to the Faculty of the U.S. Army Command and General Staff College in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Military Art and Science-Military History. Ft. Leavenworth, KS, 2006.
- PIOVEZAN, Adriane; GRASSI, Clarissa. Morte e guerra: o mausoléu dos mortos do Brasil na Primeira Guerra Mundial – Cemitério São João Batista (1928). Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio De Janeiro. n.8, 2014, p.219-236.

⁴ Particularmente a salvaguarda de “pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior”, a ampliação do “envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional”; “contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais”; e o incremento da “projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais”.